

**HOSPITAL MUNICIPAL DR. JOAQUIM BROCHADO/ PRONTO
ATENDIMENTO DOMINGOS GOMES DANTAS**

TERMO DE REFERÊNCIA

Abertura de Registro de Preços para contratação de empresa especializada em lote único para prestação de serviços com TELELAUDO, onde os profissionais médicos radiologistas que realizam telelaudos sejam inscritos no **Registro de Qualificação de Especialista (RQE)** que é uma determinação do **Conselho Federal de Medicina (CFM)**, Laudos de Urgência e Emergência para Tomografia com prazo em até 01 hora e Laudos Eletivos de Tomografias com prazo em até 72 horas para o Hospital Municipal Dr. Joaquim Brochado/Pronto Atendimento Domingos Gomes Dantas e rede de saúde da Prefeitura Municipal de Unai, e disponibilização de protocolo para que o paciente acesse seu resultado online, conforme descrito neste termo de referência.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

O Hospital Municipal Dr. Joaquim Brochado, localizado no município de Unai/MG, atua como unidade de referência regional para aproximadamente 12

Hospital Municipal Doutor Joaquim Brochado
CNPJ 18.125.161/0001-77
Rua Virgílio Justiniano Ribeiro, nº 1.585
Barroca - Unai/MG - CEP 38.616-068
Telefone (38) 3677-5070
e-mail:

municípios, atendendo elevada demanda de pacientes oriundos de atendimentos de urgência e emergência, especialmente casos relacionados a acidentes e pacientes politraumatizados.

Nesse contexto, os exames de tomografia computadorizada possuem papel fundamental no suporte à tomada de decisão médica, sendo frequentemente indispensáveis para a definição rápida da conduta clínica, bem como para a avaliação da necessidade de transferência do paciente para unidades hospitalares de maior complexidade.

Considerando a natureza ininterrupta dos atendimentos hospitalares e a necessidade de agilidade, precisão diagnóstica e continuidade da assistência, torna-se necessária a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telelaudo em exames de imagem, com atendimento em regime de plantão 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, incluindo finais de semana e feriados.

A contratação deverá contemplar a interpretação, análise diagnóstica e emissão remota de laudos médicos, atendendo tanto às demandas de urgência e emergência quanto às eletivas, contribuindo para a otimização dos fluxos assistenciais, redução do tempo de resposta diagnóstica, suporte às equipes médicas locais e maior segurança no atendimento aos pacientes.

Nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Descrição	Quant.	Valor Médio mensal (01 mês)	Valor Médio Anual (12 meses)
01	Atender as despesas com abertura de registro de preços para a contratação de empresa especializada em lote único para prestação de serviços com TELELAUDO. plantão 24 horas por dia, 7 dias por semana, inclusive feriados, para atender à demanda de urgência/emergência e eletiva para o Hospital Municipal Dr. Joaquim	750 Laudos Mês Valor Médio Unitário Por Laudo	R\$ 42.000,00	R\$ 504.000,00

Hospital Municipal Doutor Joaquim Brochado
CNPJ 18.125.161/0001-77
Rua Virgílio Justiniano Ribeiro, nº 1.585
Barroca - Unai/MG - CEP 38.616.068
Telefone (38) 3677-5070
e-mail:

	<p>Brochado/Pronto Atendimento Domingos Gomes Dantas em Unai/MG, sendo os laudos feitos por profissionais radiologistas credenciados (RQE no CBR) e com treinamento da nova plataforma para a equipe:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Laudos de Urgência e Emergência para Tomografia com prazo em até 01 hora. • Tempo para revisão de laudo em até 01 hora. • Comunicação entre executor técnico e médico radiologista sempre quando necessário. • INCLUSO: o sistema PACS em nuvem, com acesso às imagens e laudos de qualquer computador conectado à internet + WEB VIEWER (VISUALIZADOR DE IMAGENS DE TOMOGRAFIA + LAUDOS) armazenamento de imagens no sistema e liberação de protocolo para que o paciente acesse seu laudo online. 	R\$ 56,00		
02	<p>Atender as despesas com abertura de registro de preços para a contratação de empresa especializada em lote único para prestação de serviços com TELELAUDO. plantão 24 horas por dia, 7 dias por semana, inclusive feriados, para atender à demanda de urgência/emergência e</p>	<p>400 Laudos Mês</p> <p>Valor</p>	R\$ 21.600,66	R\$ 259.200,00

	<p>eletiva para o Hospital Municipal Dr. Joaquim Brochado/Pronto Atendimento Domingos Gomes Dantas em Unai/MG, sendo os laudos feitos por profissionais radiologistas credenciados (RQE no CBR):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Laudos Eletivos de Tomografias com prazo em até 72 horas. • Tempo para revisão de laudo em até 01 hora. • Comunicação entre executor técnico e médico radiologista sempre quando necessário. • INCLUSO: o sistema PACS em nuvem, com acesso às imagens e laudos de qualquer computador conectado à internet + WEB VIEWER (VISUALIZADOR DE IMAGENS DE TOMOGRAFIA + LAUDOS, armazenamento de imagens no sistema e liberação de protocolo para que o paciente acesse seu laudo online 	<p>Médio Unitário Por Laudo R\$ 54,00</p>		
03	<p>Requisitos de Armazenamento e Gestão de Imagens</p> <p>A empresa contratada deverá disponibilizar sistema de arquivamento e comunicação de imagens médicas (PACS) compatível com o padrão DICOM, permitindo o armazenamento, visualização, transmissão e exportação das imagens diagnósticas e respectivos laudos.</p>		R\$ 7.250,00	R\$ 87.000,00

O sistema deverá garantir:

- **Armazenamento digital das imagens e laudos por período mínimo de 20 (vinte) anos, em conformidade com a Lei nº 13.787/2018 e normas do Conselho Federal de Medicina, assegurando integridade, rastreabilidade e disponibilidade das informações para consulta futura;**
- **Disponibilização das imagens em sistema PACS, considerando que os exames de imagem integram o prontuário eletrônico do paciente;**
- **Acesso irrestrito aos profissionais autorizados pelo hospital, por meio de visualização web, permitindo consulta das imagens e laudos a qualquer momento;**
- **Possibilidade de download e exportação das imagens em formato padrão DICOM ou outro formato digital compatível;**
- **Garantia de que todas as imagens, laudos e dados gerados serão de propriedade exclusiva do Hospital Municipal, não podendo a empresa contratada restringir o acesso ou a utilização dessas informações;**
- **Ao término do contrato, por qualquer motivo, a empresa contratada deverá**

	<p>disponibilizar cópia integral do banco de imagens e laudos em formato DICOM, sem custos adicionais ao contratante;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Disponibilização de mecanismo de contingência operacional, garantindo a continuidade da prestação do serviço mesmo em situações de falha de conectividade com a internet. 			
Valor Médio Anual				R\$ 850.200,00

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

2.1. A Fundamentação da abertura de registro de preços para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços com TELELAUDO onde os profissionais médicos radiologistas que realizam telelaudos sejam inscritos no **Registro de Qualificação de Especialista (RQE)** que é uma determinação do **Conselho Federal de Medicina (CFM)**, Laudos de Urgência e Emergência para Tomografia com prazo em até 01 hora e Laudos Eletivos de Tomografias com prazo em até 72 horas.

2.2. A Administração não possui PCA para o exercício do ano de 2026.

2.3. A abertura de registro de preços se justifica devido à necessidade, contratação de empresa especializada para prestação de serviços com TELELAUDO onde os profissionais médicos radiologistas que realizam telelaudos sejam inscritos no **Registro de Qualificação de Especialista (RQE)** que é uma determinação do **Conselho Federal de Medicina (CFM)**, estabelecida em suas resoluções. A principal norma que regulamenta a telemedicina no Brasil é a **Resolução CFM nº 2.314/2022**.

2.4. A resolução CFM nº 2.314/2022 define a telemedicina e suas modalidades, incluindo o **telediagnóstico**. O artigo 8º da resolução aborda diretamente a emissão de laudos

à distância, deixando claro que o telediagnóstico é o ato médico de transmissão de dados e imagens para a emissão de um laudo ou parecer.

2.5. O ponto crucial é que, para essa atividade, a norma exige que o médico que emite o laudo possua **Registro de Qualificação de Especialista (RQE) na área relacionada ao procedimento**. No caso de exames de imagem, essa especialidade é a de Radiologia e Diagnóstico por Imagem.

2.6. O RQE é a certificação que comprova a especialidade de um médico perante o Conselho Regional de Medicina (CRM) e o público.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. Foi constatado que a única solução disponível para atender as necessidades do Município de Unai-Mg, a abertura de registro de preços para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços com **TELELAUDO**, justifica-se onde os profissionais médicos radiologistas que realizam telelaudos sejam inscritos no **Registro de Qualificação de Especialista (RQE)** que é uma determinação do **Conselho Federal de Medicina (CFM)**, estabelecida em suas resoluções. Sendo o tempo de entrega do laudo com prazo em até 01 hora de laudos de emergência e laudos eletivos de tomografias com prazo em até 72 horas para o Hospital Municipal Dr. Joaquim Brochado/Pronto Atendimento Domingos Dantas em Unai/MG.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação de empresa especializada em telelaudo é fundamental para o **diagnóstico preciso e a tomada de decisões clínicas em casos de urgência e emergência**.

4.2. A análise de exames de tomografia por especialistas qualificados permite uma avaliação completa do quadro clínico do paciente, proporcionando assim um direcionamento para o tratamento de forma rápida e segura.

4.3. O serviço a ser contratado deve atender aos seguintes requisitos:

- **Agilidade no Atendimento:** Garantir a emissão de laudos de exames de tomografia de emergência em até 1 hora e eletivos de até 72 horas esse prazo permite a imediata decisão terapêutica.
- **Qualidade e Segurança:** Assegurar que os laudos sejam emitidos por médicos radiologistas com Registro de Qualificação de Especialista (RQE), conforme as normativas do Conselho Federal de Medicina (CFM), garantindo a confiabilidade e a acurácia dos diagnósticos.
- **Suporte ao Corpo Clínico:** Disponibilizar um canal de comunicação direta entre a equipe médica solicitante e o médico radiologista responsável pelo laudo, para esclarecimento de dúvidas e possíveis correções.
- **Tecnologia e Infraestrutura:** Utilizar tecnologia de telemedicina que garanta a segurança, a confidencialidade e a integridade dos dados e imagens, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)..
- **Acesso aos laudos e imagens de exames online** através do protocolo disponibilizado no próprio site da empresa.

4.4. A natureza dos serviços é a abertura de registro de preços para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços com TELELAUDO justifica-se onde os profissionais médicos radiologistas que realizam telelaudos sejam inscritos no **Registro de Qualificação de Especialista (RQE)** que é uma determinação do **Conselho Federal de Medicina (CFM)**, estabelecida em suas resoluções. Sendo o tempo de entrega do laudo com prazo em até 01 hora de laudos de emergência e laudos eletivos de tomografias com prazo em até 72 horas para o Hospital Municipal Dr. Joaquim Brochado/Pronto Atendimento Domingos Dantas em Unai/MG.

4.5. Requisitos de Armazenamento e Gestão de Imagens

A empresa contratada deverá disponibilizar **sistema de arquivamento e comunicação de imagens médicas (PACS)** compatível com o padrão **DICOM**, permitindo o **armazenamento, visualização, transmissão e exportação das imagens diagnósticas e respectivos laudos**.

O sistema deverá garantir:

- **Armazenamento digital das imagens e laudos por período mínimo de 20 (vinte) anos**, em conformidade com a **Lei nº 13.787/2018** e normas do **Conselho Federal de Medicina**, assegurando integridade, rastreabilidade e disponibilidade das informações para consulta futura;
- Disponibilização das imagens em **sistema PACS**, considerando que os exames de imagem integram o **prontuário eletrônico do paciente**;
- **Acesso irrestrito aos profissionais autorizados pelo hospital**, por meio de visualização web, permitindo consulta das imagens e laudos a qualquer momento;
- Possibilidade de **download e exportação das imagens em formato padrão DICOM ou outro formato digital compatível**;
- Garantia de que todas as imagens, laudos e dados gerados serão de **propriedade exclusiva do Hospital Municipal**, não podendo a empresa contratada restringir o acesso ou a utilização dessas informações;
- Ao término do contrato, por qualquer motivo, a empresa contratada deverá **disponibilizar cópia integral do banco de imagens e laudos em formato DICOM**, sem custos adicionais ao contratante;

Disponibilização de **mecanismo de contingência operacional**, garantindo a continuidade da prestação do serviço mesmo em situações de falha de conectividade com a internet.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Hospital Municipal Doutor Joaquim Brochado
CNPJ 18.125.161/0001-77
Rua Virgílio Justiniano Ribeiro, nº 1.585
Barroca – Unai/MG – CEP 38.616.068
Telefone (38) 3677-5070
e-mail:

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica, após o relatório técnico e a liberação para execução do serviço, 6 horas para liberação do funcionamento em perfeito estado do sistema. O prazo que pode ser alterado de acordo com a complexidade.

5.2. Os relatórios deverão ser disponibilizados em formato PDF por meio eletrônico para o seguinte e-mail, direcao@unai.mg.gov.br. Os relatórios também deverão ser entregues de forma física, via correios, com o prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.

Local da prestação dos serviços

5.4. Os serviços serão prestados por equipe especializada atendendo as solicitações do Hospital Municipal Dr. Joaquim Brochado situado na Rua Virgílio Justiniano Ribeiro, nº 1585 e do Pronto Atendimento Domingos Gomes Dantas na Avenida Castelo Branco nº 136, ambos no bairro Barroca em Unai/MG.

Especificação da garantia do serviço

5.5. A empresa contratada se compromete a executar os serviços com observância o código de Defesa do Consumidor e às boas práticas de conduta técnico-profissional.

5.6. Durante a prestação de seus serviços, a empresa contratada deverá executar as atividades relacionadas às linhas de serviços apresentadas neste Termo de Referência.

5.7. A empresa concede o tempo de garantia durante toda a validade do termo de referência.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada pela gestora do contrato a senhora Eliane Pereira Baia Marques matrícula nº 100122 e fiscalizada pela fiscal

Hospital Municipal Doutor Joaquim Brochado
CNPJ 18.125.161/0001-77
Rua Virgílio Justiniano Ribeiro, nº 1.585
Barroca – Unai/MG – CEP 38.616.068
Telefone (38) 3677-5070
e-mail:

administrativa do contrato a senhora Cristiane Santana Gonçalves matrícula nº 118243 e pelo fiscal técnico do contrato a senhora Bruna Evelliny Menezes nº 142989.

6.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais administrativos e técnicos do contrato.

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.13. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.14. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a

formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.15. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.16. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Das obrigações da Contratada

6.21. Executar os serviços em conformidade com o contrato resultante deste Termo de Referência, obedecendo rigorosamente o disposto no respectivo edital e seus Anexos, independentemente de transcrição ou anexação.

6.22. Notificar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer alteração na sua razão social ou de seu contrato acionário e de mudança em sua Diretoria, contrato ou estatuto, apresentando no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da Junta Comercial e/ou do Cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

6.23. Responsabilizar-se integralmente pelos seus profissionais, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade, visando à execução dos trabalhos durante toda a vigência do contrato, dentro dos prazos e condições estipulados.

6.24. Providenciar a correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quanto à execução dos serviços de modo a evitar qualquer prejuízo à execução do objeto deste termo, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento;

6.25. Assumir quaisquer danos causados diretamente à CONTRATANTE, ou a terceiros, quando estes tenham sido ocasionados em decorrência da execução dos serviços, ou causados por seus representantes ou prepostos;

6.26. Responsabilizar-se pelos impostos incidentes sobre o objeto do contrato.

6.27. A periodicidade das execuções do atendimento técnico para serviços de manutenção mediante alguma intercorrência onde estão instalados os sistemas visualizadores.

6.28. Quando não for possível o cumprimento do prazo acima estabelecido, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa, por escrito, passível de concordância ou não por parte da CONTRATANTE e estabelecendo um novo prazo para execução do serviço.

6.29. O prazo de vigência do contrato será de 12 meses, podendo ser prorrogado de acordo com a necessidade da administração. Em caso a CONTRATADA queira rescindir o contrato de forma amigável a mesma deverá conceder ou manter a prestação dos serviços por no mínimo 90 dias.

6.30. Regularidade do Corpo Clínico: Apresentar a documentação de todos os médicos que farão parte do corpo clínico, garantindo que eles estejam em dia com o Conselho

Regional de Medicina (CRM). A exigência de **Registro de Qualificação de Especialista (RQE)** para todos os médicos deve ser comprovada. O RQE é um registro oficial que atesta a especialização do médico, garantindo que ele possui a qualificação necessária para emitir laudos de tomografia com segurança e precisão.

6.31. Tecnologia: A contratada é responsável por fornecer e manter a plataforma tecnológica para o envio dos exames e a entrega dos laudos. Isso inclui sistemas de Telemedicina.

6.32. A contratada deve dispor de toda a infraestrutura necessária para o funcionamento do serviço, incluindo softwares, sistemas de segurança de dados e profissionais qualificados.

6.33. Confidencialidade: A empresa deve garantir a segurança e a confidencialidade das informações dos pacientes, conforme as regras da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

6.34. Responsabilidade Técnica: a contratada deve designar um médico como Responsável Técnico (RT). Esse profissional, obrigatoriamente, deve possuir Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Radiologia e Diagnóstico por Imagem e estar regular com o Conselho Regional de Medicina (CRM). O RT será o principal ponto de contato e a autoridade máxima para resolver questões técnicas. Sua responsabilidade inclui:

- Garantir a qualidade e a conformidade técnica de todos os laudos emitidos.
- Servir como referência para a equipe médica do Hospital Municipal Dr. Joaquim Brochado, fornecendo seu contato para esclarecer dúvidas e solucionar possíveis inconsistências entre laudos e imagens.

6.35. Qualidade dos Laudos: Os laudos devem ser elaborados com rigor técnico, de acordo com as normas médicas vigentes. A empresa deve se responsabilizar por eventuais erros ou omissões.

6.36. A empresa deverá fornecer os laudos da imagens obtidas durante 7 (sete) dias por semana, 24 horas por dia, incluindo os feriados e finais de semana. Sendo os laudos de Urgência e Emergência para Tomografia com prazo em até 01 (uma) hora e laudos Eletivos

de Tomografias com prazo em até 72 (setenta e duas) horas. E a revisão dos laudos em tempo máximo de 01 (uma) hora .

Das obrigações da Contratante

6.37. Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas na prestação de serviços, supervisionando, monitorando e fiscalizando o cumprimento das obrigações fixadas para a CONTRATADA, e para os seus profissionais, registrando as ocorrências e eventuais deficiências relacionadas com a execução, comunicando, FORMALMENTE, à CONTRATADA quaisquer fatos que exijam medidas corretivas.

6.38. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo preposto da CONTRATADA:

6.39. Designar servidor para acompanhamento e fiscalização do contrato. O acompanhamento e a fiscalização de que trata esta cláusula não excluem nem reduzem a responsabilidade da CONTRATADA pelo correto cumprimento das obrigações decorrentes deste Contrato:

6.40. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste contrato.

6.41. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada na prestação do serviço, advertindo-a por escrito em caso de descumprimento de alguma norma deste contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto (abertura de registro de preços para contratação de empresa especializada para a disponibilização de serviços de empresa especializada especializada em telelaudo 24 horas para atender às demandas do Hospital Municipal de Unai, é justificada por razões técnicas e operacionais que visam aprimorar a qualidade do atendimento, a eficiência dos processos e a segurança do paciente, para o Hospital Municipal Dr. Joaquim Brochado/Pronto Atendimento Domingos Gomes Dantas.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade

verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.3. Se a CONTRATADA não prestar os serviços acordados.

7.4. Se a CONTRATADA deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas.

Do recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de cinco (05) dias subsequente ao final da execução, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. Os fiscais técnico e administrativo do contrato realizarão o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final do período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.10. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo

com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.12. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de trinta (30) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.13. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.14. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.15. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.16. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.17. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.21. No preço ajustado no presente contrato incluem-se todas as despesas verificadas tais como obrigações tributárias, trabalhistas, insumos, manutenção, infortunisticas, previdenciárias e fiscais.

Da liquidação

7.22. A liquidação das despesas será realizada pelo setor competente da Prefeitura Municipal de Unai/MG.

7.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas sancionadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

7.25. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.26. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.27. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o

recebimento de seus créditos.

7.28. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.29. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Do prazo de pagamento e da forma de pagamento

7.30. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados após a emissão da nota fiscal.

7.31. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo CONTRATADO.

7.32. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

- Habilitação jurídica;
- Habilitação fiscal, social e trabalhista;
- Qualificação Econômico-Financeira.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público

apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Unai/MG.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação: 02.06.01.10.302.2064.2435 3.3.90.39- ficha nº 696 e fonte nº 1.621.

11. DAS SANÇÕES

11.1. O Contrato terá vigência de 12 meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, segundo interesse da Administração.

11.2. Para as sanções administrativas serão levadas em consideração a legislação que rege a matéria concernente às licitações e contratos administrativos.

11.3. Os contratos celebrados com prazo de vigência superior a seis meses terão seus valores, anualmente ajustados por índice adotado em lei, ou na falta de previsão específica, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

11.4. A fiscalização do contrato será exercida pelos fiscais indicados pelo Hospital Municipal Dr. Joaquim Brochado.

11.5. A empresa vencedora é obrigada a assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização dos serviços prestados, bem como o acesso as fontes de informação que forem julgadas necessárias.

11.6. A contratante reserva-se o direito de não efetuar o pagamento do serviço se ele estiver em desacordo com as especificações e condições constantes deste termo de referência.

11.7. A contratante poderá rescindir o contrato unilateralmente, ocorrendo qualquer umas das hipóteses previstas no art.137, incisos I, IV, IX da Lei Federal nº 14.133/2021. Sobre pena de incidir as sanções previstas no art. 156, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

11.8. Caso o serviço efetuado seja rejeitado pela fiscalização, o mesmo deverá ser substituído imediatamente, sem ônus para o Município, reiterando a justificativa de que a demora na substituição prejudicará o andamento das atividades do departamento solicitante.

Hospital Municipal Doutor Joaquim Brochado
CNPJ 18.125.161/0001-77
Rua Virgílio Justiniano Ribeiro, nº 1.585
Barroca – Unai/MG – CEP 38.616.068
Telefone (38) 3677-5070
e-mail:

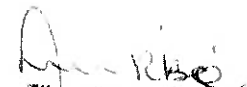
11.9. A inobservância pela vencedora ao prazo e/ou às condições descritas neste termo de Referência implicará na aplicação das sanções administrativas estabelecidas.

Unai-Mg, 06 de abril de 2026.


Bruna Evelliny Menezes
Coordenadora de Apoio
Diagnóstico
Matrícula nº 142989

24-04-26

Bruna Evelliny Menezes
Coordenadora de Apoio Diagnóstico/IIMU


Eliane Pereira Baia Marques
Diretora Administrativa/IIMU
Masp: 100122

Eliane P. Baia Marques
Diretora Administrativa/IIMU

